

Curso online: Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

OBJETIVO: Qualificar os responsáveis pela condução das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, tanto sobre o Direito aplicável quanto em relação ao rito a ser observado nas diferentes fases destes processos. Atualizar os participantes relativamente às orientações jurisprudenciais e doutrinárias sobre as sindicâncias e PADs. Contribuir para que os Municípios instruem seus processos com maior segurança jurídica, evitando nulidades com graves repercussões jurídicas e econômicas, dentre as quais a reintegração aos cargos e funções e indenizações diversas

PÚBLICO-ALVO: Prefeitos(as), secretários de administração e de governo, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, assessores jurídicos, procuradores municipais e demais agentes envolvidos com o tema bem como setor de RH e outros.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada no curso será interativa e construtiva. O conteúdo programático é desenvolvido voltado para o ambiente virtual, incluindo material disponibilizado "online" e aulas aplicando técnicas didáticas de Educação à Distância.

CARGA HORÁRIA: 16 horas divididas em quatro módulos de 04 horas (online).

PROFESSOR(A): Pedro Leonardo Lopes, advogado, especialista em direito público, administração pública: planejamento, gestão e finanças, sócio do escritório Siqueira, Neves & Lopes advogados, professor da Associação Mineira de Municípios nos cursos Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil, Contratos Administrativos Gestão e Fiscalização e Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

INVESTIMENTO: Municípios afiliados: R\$ 500,00 / Público em geral: R\$ 1.000,00.

INFORMAÇÕES: Edir – (31) 2125 - 2411 (edir@amm-mg.org.br) / Luciana– (31) 2125 - 2442 (Luciana.lacerda@amm-mg.org.br)

PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia: 08/07/2024

8:00hs - 1 - Considerações introdutórias da Administração Pública
- Conceito
- Dos Fatos Administrativos
- Dos Atos Administrativos
- Poderes e Deveres do Administrador Público
- Poder Dever
- Poder de Polícia
- Responsabilidades
2 - Sujeitos do Processo Administrativo ou Sindicância

- Servidor Público Efetivo
- Servidor Público Estável
- Servidor Público em estágio probatório
- Servidores detentores de cargo em comissão
- Celetistas e contratos temporariamente
3 - Princípios Administrativos Aplicáveis ao Processo Administrativo ou Sindicância
3.1. O devido processo legal:
3.2. O contraditório
3.3. A ampla defesa
3.4. A motivação
3.5. Princípio da Legalidade
3.6. Princípio da Impessoalidade
3.7. Princípio da Moralidade
3.8. Princípio da Eficiência
3.9. Princípio da Publicidade
3.10. Princípio da Motivação
3.12. Princípio da Razoabilidade
3.13. Princípio da Proporcionalidade
3.14. Princípio da Segurança Jurídica
3.15. Princípio da Supremacia do Interesse Público
3.16. Princípio da Verdade Material
3.17. Princípio da Presunção da Verdade
3.18. Princípio da Pluralidade de Instâncias

12:00hs - Intervalo para almoço

13:00hs - 4 - Da Sindicância

4. Conceito de Sindicância
4.1. Características da Sindicância
4.2. Tipos de Sindicância
4.3. Requisitos da Sindicância
4.4. Penalidades cabíveis na Sindicância
5.1. – Comissão de Sindicância
- Comissão Sindicante - Competência e Atribuições

- Instalação da Comissão de Sindicância
- Composição da Comissão de Sindicância
- Escolha dos Membros da Comissão de Sindicância
- Suspeição, Impedimentos e Nulidades

5.2. – Instalação da Comissão de Sindicância
- Definição do Local
- Providências Iniciais
- Atividades de Sindicância
- Procedimento Sindicante
- Denúncia
- Denunciante
- Notificação, Intimação e Citação
- Indiciado
- Testemunha
- Inquirição, Depoimento e Termo
- Requisição e Apreensão de Coisa
- Juntada de Documentos
- Desentranhamento de Documentos
- Vista dos Autos
- Defesa do Indiciado
5.4. – Encerramento da Sindicância
- Relatório
- Conclusão da Sindicância
- Julgamento da Sindicância
- Implicação do Julgamento
- Prescrição
- 5.2. Passo a Passo da Sindicância

17:00hs – Encerramento do primeiro dia de curso

Segundo dia: 09/07/2024

8:00hs - 6 - Do Processo Administrativo Disciplinar
- Autoridade Competente
- Juízo de Admissibilidade
- Fundamento Legal
- Finalidade
- Cabimento
7 - Comissão Processante no Processo Administrativo
- Competências e Atribuições
- Constituição da Comissão Processante

- Estabilidade dos Integrantes da Comissão
- Atribuições dos Membros da Comissão
- Atribuições do Secretário da Comissão
- Requisitos do Presidente da Comissão
- Atribuições do Presidente da Comissão
8 - Fases do Processo Administrativo
- Instauração, Instrução Probatória,

Inquirito, Defesa, Relatório e Julgamento

8.1. – Instauração
- Portaria de Instauração
- Publicação da Portaria
- Momento da Instauração do Processo Administrativo
- Local da Instauração do Processo Administrativo
- Competência para Instaurar o Processo Administrativo
8.2. - Instrução Probatória
- Comunicação dos Atos Processuais
- Ônus Probatório
- Tipos de prova
- Testemunhas
- Perícias
- Acareação
- Prova emprestada
- Documentos
- Indeferimento de provas requeridas pelo indiciado
- Encerramento da Instrução

12:00hs - Intervalo para almoço

13:00hs - 8.3. – Inquirito no processo Administrativo

8.4. -Defesa do indiciado
- Revelia e defesa dativa
- Prazos para a defesa
8.5. - Acompanhamento do Processo
- Pessoalmente
- Por advogado legalmente constituído
- Nomeação de defensor dativo
11. Relatório Final
11.1. Conteúdo do relatório final
12. Do Julgamento
- Recursos e Revisão
- Recurso Administrativo
- Revisão do Processo Administrativo
- Pedido de Revisão
- Comissão Revisora
- Julgamento Revisional
10 - Nulidades
11 - Prescrição
12 - Aplicação das Penalidades
- Administrativa
- Cível
- Penal
13 – Processo Administrativo Frente o Poder Judiciário

17:00hs – Encerramento do curso